

POLÍTICAS CULTURAIS E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO NO BRASIL

Antonio Albino Canelas Rubim¹

*Fazer política é expandir sempre as fronteiras do possível.
Fazer cultura é combater sempre nas fronteiras do impossível*

Jorge Furtado

1

A trajetória brasileira das políticas culturais produziu tristes tradições e enormes desafios (Rubim, 2007). Estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade. Os enormes desafios desta “vida prejudicada” - para lembrar uma expressão tão cara a Theodor Adorno - pelas tradições construídas estão, mais que nunca, colocados em cena, em especial, em uma sociedade do conhecimento.

A bibliografia sobre políticas culturais no Brasil, que pode ser consultada no sítio www.cult.ufba.br, caracteriza-se pela dispersão. Primeiro, ela provém das mais diversas áreas disciplinares e mesmo multidisciplinares, o que dificulta o trabalho de pesquisa e sugere a ausência de uma tradição acadêmica conformada. Segundo, ela trata de maneira desigual os diferentes momentos da história das políticas culturais nacionais. Assim, para alguns períodos proliferam estudos, enquanto outros se encontram carente de investigações. Terceiro, até hoje, não foram desenvolvidas interpretações mais sistemáticas de compreender esta trajetória. As tentativas de Márcio de Souza (2000) e José Álvaro Moises (2001) trazem problemas. Além delas, existe uma recente alternativa de superar esta lacuna: o livro *Políticas Culturais no Brasil*.

Ausência

¹ Professor Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PÓS-CULTURA). Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Pesquisador do CNPq. Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Ex-Presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e ex-Diretor da Faculdade de Comunicação da UFBA.

Figura antiga, ela está presente entre nós desde os tempos da colônia. Quais as políticas para o desenvolvimento da cultura que podiam conviver com o obscurantismo do colonialismo português? O menosprezo e a perseguição das culturas indígenas e africanas; a proibição de instalação de imprensas; o controle da circulação de livros; a inexistência de ensino superior e universidades são apenas algumas das faces deste obscurantismo. Cabe lembrar que outros colonialismos – todos condenáveis – não acionaram tais medidas. Por exemplo, “entre 1538 y 1812 se crearon en todo el espacio colonial hispanoamericano treinta universidades” (BUCHBINDER, 2005, p.13).

2

A independência brasileira não alterou substancialmente este panorama. O Estado continuou sendo pouco atento à cultura. Ela era tratada como um privilégio, em uma sociedade de alta exclusão social, ou como um ornamento (COUTINHO, 2000). As pessoalizadas atitudes culturais de Dom Pedro II, a rigor, não configuram uma nova atitude do Estado brasileiro em relação à cultura, como supõem Márcio de Souza e José Álvaro Moisés.

A República também continuou a tradição de ausência do Império. As esporádicas ações na área de patrimônio igualmente não podem ser vistas como uma nova atitude do Estado no campo cultural. Do mesmo modo, um momento privilegiado do desenvolvimento da cultura no Brasil, acontecido entre os anos “democráticos” de 1945 a 1964, não foi caracterizado por uma maior intervenção do Estado na área da cultura.

A “Nova República”, a partir de 1985, introduz uma nova modalidade de ausência com suas ambíguas “políticas culturais”. Ela expande o Estado no registro da cultura, mas, ao mesmo tempo, introduz um mecanismo que solapa em grande medida uma atuação cultural mais consistente do Estado. A lei Sarney e as subsequentes leis de incentivo à cultura, através da isenção fiscal, tiram o poder de decisão do Estado, ainda que o recurso econômico utilizado seja majoritariamente público, e colocam a deliberação em mãos da iniciativa privada.

No governo Fernando Henrique Cardoso – Francisco Weffort (1995-2002) esta nova

modalidade de ausência tem seu ponto culminante. Agora a cultura é antes de tudo “um bom negócio”, como assinala o maior manual da época editado pelo Ministério. Em um texto publicado no insuspeito livro intitulado *A Era FHC*, José Castello anota esta nova ausência do Estado. As leis de incentivo – agora designadas como Rouanet e do Audiovisual – assumem o lugar das políticas estatais (CASTELLO, 2002) e o mercado toma o papel do Estado.

Esta ausência na era FHC paradoxalmente vem confirmar a incapacidade da democracia no Brasil de atuar na área da cultura, detectada por um dos principais mentores do Ministério da Cultura naquele governo, o professor José Álvaro Moises. Ele havia reconhecido outra das tristes tradições brasileiras: a íntima e inusitada relação entre cultura e autoritarismo no país. Ele sentenciou:

“...o grande desafio da época contemporânea, na área da cultura, que é inverter a tendência histórica brasileira, segundo a qual os grandes avanços institucionais do setor fizeram-se em períodos autoritários” (Moises, 2001, p.46).

Autoritarismo

Primeira constatação: somente nos períodos autoritários o Brasil conheceu políticas culturais mais sistemáticas, nas quais o Estado assumiu um papel mais ativo e, por conseguinte, eclipsou a tradição de ausência. As ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e dos militares (1964-1985), além da censura, repressão, medo, prisões, tortura, assassinatos e exílios inerentes a todo e qualquer regime autoritário, realizaram uma intervenção potente no campo cultural. Por certo tal atuação visava instrumentalizar a cultura; domesticar seu caráter crítico; submetê-la aos interesses autoritários; buscar sua utilização como fator de legitimação das ditaduras e, por vezes, como meio para a conformação de um imaginário de nacionalidade. Esta maior atenção significou enormes riscos para a cultura. Mas, de modo contraditório, esta “valorização” também acabou criando uma dinâmica nas políticas culturais.

O governo Getúlio Vargas / Gustavo Capanema inaugurou mesmo a atuação sistemática do estado na cultura. Dentre outros procedimentos, tem-se a criação de legislações, dentre outras, para o cinema, a radiodifusão, as artes e as profissões culturais e a constituição de inúmeros organismos culturais. Além disto, o “modernista” Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde (1934-1945), apesar de conservador, acolheu muitos intelectuais e artistas progressistas em seu ministério, em plena ditadura do Estado Novo, a começar pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete, e outros como o arquiteto Oscar Niemeyer, o pintor Cândido Portinari etc. Pela primeira vez pode-se falar efetivamente em políticas culturais do Estado brasileiro. Inauguram-se, simultaneamente, as políticas culturais nacionais e a tradição de sua problemática conexão com o autoritarismo.

O golpe cívico-militar de 1964, outra vez, reafirmou esta triste tradição de relacionamento da cultura como o autoritarismo. Os militares não só reprimiram, censuraram, perseguiram, prenderam, assassinaram, exilaram a cultura, os intelectuais, os artistas, os cientistas e os criadores populares, mas, ao mesmo tempo, constituíram uma agenda de “realizações” nada desprezível para a (re)configuração da cultura no Brasil. A ditadura investiu forte e deliberadamente no desenvolvimento das indústrias culturais no país, conformando toda infraestrutura sócio-tecnológica imprescindível à cultura midiaticizada. Assim, buscava realizar seu projeto de substituir a “hegemonia” do circuito escolar-universitário – apesar de suas imensas limitações em um país marcado pela exclusão social – pela protagonismo de um circuito conformado pelas indústrias culturais, rigidamente submetidas ao regime militar (RUBIM e RUBIM, 2004).

Além de induzir esta mutação brutal na conformação da cultura no Brasil, com todo o conjunto complexo de problemas que isto suscita, a Ditadura Militar, a exemplo do Estado Novo, também esboçou legislações culturais e criou inúmeros organismos no campo cultural. Algumas delas, a exemplo da FUNARTE, com grande atuação em prol da cultura brasileira (BOTELHO, 2001). Sintomático que o primeiro Plano Nacional de Cultura, que foi formulado no país, tenha sido esboçado em 1975, em plena ditadura militar (MICELI, 1984).

Mas a relação entre autoritarismo e cultura não se restringe aos momentos de políticas culturais dos regimes ditatoriais. Como muitos autores têm assinalado, em interpretações diferenciadas, o autoritarismo está impregnado na sociedade brasileira, dada a sua estrutura desigual e elitista (FERNANDES, 1975; COUTINHO, 2000 e CHAUI, 2000). Este elitismo se expressa, em um plano macro-social, no desconhecimento, perseguição e aniquilamento de culturas e na exclusão cultural a que é submetida parte significativa da população. Ele está entranhado em quase todos os poros da sociedade brasileira. Por exemplo, nas concepções de cultura, subjacentes às políticas culturais empreendidas.

5

A trajetória e concepções-guia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão fundado em 1937 no governo Vargas / Capanema, são emblemáticas neste enquadramento. O IPHAN tem sido um dos organismos mais persistentes e relevantes das políticas culturais do Estado brasileiro, adquirindo inclusive um renome internacional. Durante parcela significativa de seu itinerário, ele privilegiou apenas a cultura: monumental, ocidental, branca e católica. Somente palácios, igrejas e fortes foram objeto de tombamento e preservação até os anos 80 (MICELI, 2001 e GONÇALVES, 1996).

As culturas populares, indígena, afro-brasileira e mesmo midiática foram muito pouco contempladas pelas políticas culturais nacionais, quando elas existiam. Por certo, eram consideradas manifestações não dignas de serem chamadas e tratadas como cultura, quando não eram pura e simplesmente reprimidas e silenciadas. Nenhuma política ou instituição mais permanente foi implantada para as culturas populares, apesar de mobilizações acontecidas. Pelo contrário, tais manifestações foram antes reprimidas. A cultura indígena foi completamente desconsiderada, quando não sistematicamente aniquilada. A cultura afro-brasileira, por exemplo, só começou a merecer algum respeito do estado nacional, pós Ditadura Militar, com a criação da Fundação Palmares em 1988.

O rádio e a televisão foram solenemente menosprezados pelo Ministério da Cultura, mesmo sendo os equipamentos culturais mais presentes no território brasileiro e terem um indiscutível papel cultural para a maioria da população brasileira, em especial, depois que passaram a se constituir como o circuito cultural hegemônico no país. A cultura

mediática nunca foi considerada como algo digno da ação ministerial. Isto denota elitismo e autoritarismo.

Instabilidade

A conjugação de ausência e autoritarismo produz instabilidade, a terceira triste tradição inscrita nas políticas culturais nacionais. Ela tem, de imediato, uma faceta institucional. Muitas das organizações culturais criadas têm forte instabilidade institucional derivada de um complexo conjunto de fatores: fragilidade; ausência de políticas mais permanentes; descontinuidades administrativas; desleixo; agressões de situações autoritárias etc. O governo Vargas cria instituições, mas destrói experiências políticas e culturais relevantes como a vivida por Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938). A ditadura militar fecha em 1964 o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes e o Movimento de Cultura Popular, onde aparece Paulo Freire. O afã neoliberal de Collor, em 1990, desmonta, como um bárbaro, quase todas as instituições culturais do país. Isto apenas para citar alguns momentos dramáticos.

O setor de cultura esteve inscrito no Ministério de Educação e Saúde (1930) até passar a compor o novo Ministério de Educação e Cultura, em 1953. Foram precisos mais 32 anos para a independência e autonomia da cultura em um ministério específico (1985). Sua implantação foi deveras complicada. Pressão legítima dos intelectuais, artistas e secretários estaduais de cultura, muitos de governos estaduais de oposição à Ditadura Militar, a criação do ministério se tornou quase inevitável com o retorno da democracia em 1985.

A sua problemática implantação nos governos Sarney, Collor e Itamar é um dos exemplos mais contundentes desta tradição de instabilidade da área cultural: criado em 1985; desmantelado por Collor e transformado em secretaria em 1990; novamente recriado em 1993 por Itamar Franco. A cultura, além destas idas e vindas do ministério em seus primeiros anos, teve inacreditáveis dez dirigentes responsáveis pelos órgãos nacionais de

cultura em dez anos (1985-1994). Por mais brilhantes que fossem os escolhidos – e nem sempre foi este o caso –, a permanência média de um dirigente por ano, com certeza, cria uma instabilidade institucional bastante grave, em especial, para um organismo que está em processo de instalação.

A radical diferença entre a instabilidade destes tumultuados anos iniciais e a estabilidade dos oito anos seguintes do presidente FHC e do ministro Francisco Weffort não conduziu a superação plena desta tradição de instabilidade. O ministério não foi submetido ao tumulto institucional anterior, mas isto não significou, um aumento correspondente da institucionalidade do Ministério da Cultura, pois o processo de institucionalização não depende apenas da estabilidade, mas exige uma gama complexa de outros procedimentos que não foram efetivados no longo governo. Por certo, a destinação de apenas 0,14% do orçamento da União para a cultura em 2002, último ano de FHC – Weffort, jamais pode ser tomado como um fator de fortalecimento institucional do ministério. Pelo contrário indica o acentuado desprestígio da área cultural naquele governo. Aliás, a continuada situação de orçamentos precários apresenta-se como outro componente nada desprezível da tradição de instabilidade da área nacional da cultura.

Outras variáveis devem ser consideradas como fundamentais para a maior institucionalidade do ministério. Dentre eles, podem ser lembrados: a quantidade e a localização dos seus equipamentos culturais; as dimensões quantitativa e qualitativa de seu corpo funcional e a existência ou não de políticas públicas e/ou de Estado (e não apenas de governo) que permitam a continuidade das ações do ministério.

O itinerário institucional da cultura não tem sido pródigo em nenhuma destas variáveis. A criação do ministério em 1985 não implicou em uma descentralização e nacionalização dos equipamentos e, por conseguinte, da atuação do órgão. Ele continuou sendo um ministério que opera de modo muito localizado e desigual. As tentativas de reverter esta situação foram sempre ocasionais e não resultaram em sua efetiva descentralização e nacionalização. O ministério gira em torno do Rio de Janeiro, principalmente, e de São Paulo e Brasília. A quase totalidade de seus órgãos e instalações encontra-se nestas regiões.

O corpo funcional tem sido outro componente que colabora para esta tradição de instabilidade. Com exceção, novamente, do IPHAN e em parte da FUNARTE, em alguns de seus momentos, o corpo de funcionários do ministério tem sido precário, deficiente e não profissionalizado. Na sua trajetória inexistiram concursos para novas vagas, apesar do envelhecimento dos funcionários e de algumas fortes pressões para aposentadoria como ocorreu no governo Collor. Neste momento o quadro de funcionários foi reduzido de 4.371 para 2.796. Ou seja, 1.575 funcionários (PONTES, 1991, 27). O “esquecimento” de políticas de atualização e qualificação tem sido uma triste marca de praticamente todas as políticas culturais implementadas pelos governos nacionais. Tal ausência chama a atenção. Esta é uma das ausências mais gritantes e graves das políticas brasileiras.

8

Por fim, a instabilidade decorre igualmente da incapacidade dos governantes de formularem e implementarem políticas que transcendam os limites dos seus governos e tornem-se políticas de Estado no campo da cultura, como acontece em outras áreas da administração federal e em outros países no campo cultural. Políticas, portanto, que exijam continuidade independente dos governos no poder, porque alicerçadas em interesses estratégicos pactuados socialmente em políticas de prazos, médios e longos.

A tradição autoritária das políticas culturais nacionais mais ativas tem impossibilitado, igualmente, que elas possam ser discutidas e negociadas com a sociedade civil e traduzidas em políticas públicas de cultura. Isto é, políticas que podem emanar do governo, mas que, ao passarem pelo crivo do debate crítico com a sociedade civil, se transformam em políticas públicas de cultura.

Enfrentamentos

Na coletânea dos discursos “programáticos” pronunciados em seu primeiro ano de governo, Gilberto Gil privilegiou dois temas que batiam de frente com a tradição da ausência. Em uma perspectiva, enfatizou continuamente o papel ativo do estado na formulação e implementação de políticas de cultura. Ele teceu uma poética relação entre políticas culturais e cultura. O artista ministro propôs que “formular políticas culturais é

fazer cultura” (GIL, 2003, p.11). Em outra perspectiva, complementar à anterior, os discursos fizeram continuamente uma crítica contundente da gestão Francisco Weffort naquilo que ela significou a expressão maior da nova modalidade de ausência do estado: sua submissão ao mercado, através das leis de incentivo (GIL, 2003, p. 23, 49, 50, 51, 52 e 53).

O papel ativo do estado se concretizou em inúmeras áreas culturais. Aliás, o próprio Gil disse que a marca de sua gestão seria a abrangência. O novo papel do estado se fez em conexão com a sociedade. Ele, várias vezes, afirmou que o público do ministério não eram apenas os criadores e produtores culturais, mas a sociedade brasileira. Deste modo, o diálogo com a sociedade deu substância ao caráter ativo, abrindo veredas para enfrentar outro desafio: o autoritarismo. Ou seja, formular e implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas.

Outra das ênfases dos nomeados discursos programáticos encontra uma sintonia fina com a idéia força da luta contra o autoritarismo e o elitismo: a ampliação do conceito de cultura (GIL, 2003, p.10, 22, 44, 45). A assimilação da noção “antropológica” permite que o ministério deixe de estar circunscrito à cultura culta (erudita) e abra suas fronteiras para outras modalidades de culturas. Em alguns casos, a atuação do Ministério da Cultura passa mesmo a ser inauguradora, a exemplo da atenção e do apoio às culturas indígenas (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, 26). Em outros se não é inaugural, sem dúvida, revela um diferencial de investimento em relação às situações anteriores. É o que acontece nas culturas populares (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005) e de afirmação sexual, além da cultura digital e mesmo na cultura midiática audiovisual, casos que interessam mais detidamente este texto e serão tratados adiante.

Tal atuação significa não só o abandono de uma visão elitista e discriminadora de cultura, mas representa um contraponto ao autoritarismo e a busca da democratização da cultura. A intensa opção por construir políticas públicas, porque em debate com a sociedade, emerge como outra marca da gestão Gil. Assim, proliferam os seminários; as câmaras setoriais; as conferências, inclusive culminando na Conferência Nacional de Cultura, em dezembro de final de 2005. O desafio de construir políticas de cultura em um ambiente

democrático não é enfrentado de qualquer modo, mas através do acionamento da sociedade civil e dos agentes culturais.

As políticas públicas dão substrato democrático para a viabilização de políticas de Estado, que ao transcender governos, possam dar ao campo cultural políticas nacionais mais permanentes. Nesta perspectiva, os investimentos, ainda iniciais, do ministério na área da economia da cultura e da economia criativa e sua ação junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no sentido de produzir séries de informações culturais adquirem notável funcionalidade e já apresentam seus primeiros resultados (IBGE, 2006). Mas dois movimentos assumem lugar central na construção de políticas de Estado no campo cultural: a implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC).

A construção que vem sendo realizada pelo ministério, em parceria com estados, municípios e sociedade civil, de um SNC é vital para a consolidação de estruturas e de políticas, pactuadas e complementares, que viabilizem a existência e persistência de programas culturais de médios e longos prazos não submetidas às intempéries conjunturais. Tal sistema deve estar associado e comportar outros (sub)sistemas que vem se constituindo, como o Sistema Nacional de Museus (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, 22). A aprovação pelo Congresso Nacional (Emenda constitucional número 48/2005) e subsequente elaboração do PNC (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007) surge como outro fator favorável à superação da tradição de instabilidade e descontinuidade que tem dilacerado a atuação no campo da cultura. Enfim, a possibilidade de superação desta triste tradição depende em ampla medida da existência, articulação e sintonia fina entre SNC e PNC.

A institucionalização do ministério se consolida com sua atuação cada vez mais nacional, através de inúmeros projetos, com destaque para os Pontos de Cultura, que já atingiram mais de 750 em todo o país. A descentralização das atividades do ministério decorre também da reforma administrativa realizada logo no início da gestão, que buscou superar as áreas de somreamento e dar maior operacionalidade ao ministério e seus órgãos vinculados (MEIRA, 2004). A realização do “primeiro concurso público da história do

ministério” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, 18) traz perspectivas alvissareiras para o fortalecimento institucional do ministério, através da incorporação de novos servidores.

Dois outros fatores têm essencial significado para a construção institucional do ministério. O primeiro é a ampliação do orçamento do ministério (289 milhões de reais em 2002 para 513 milhões em 2005), ainda que isto não tenha atendido à meta do ministro Gilberto Gil, de um por cento para o orçamento nacional de cultura. O segundo é a permanência do ministro no segundo mandato do presidente Lula. Esta manutenção pode ser interpretada como compromisso com a continuidade das políticas empreendidas.

Limites

Um dos aspectos mais positivos na avaliação da gestão Lula / Gil na cultura é a abrangência assumida como meta pelo Ministério da Cultura. Esta amplitude representa um enorme desafio de continuidade. Dar contemporaneidade ao ministério exige consolidação e acolhimento de novos horizontes. A continuidade torna-se crucial para a maioria dos projetos em andamento.

Para atingir tais objetivos, entretanto, alguns obstáculos têm que ser enfrentados. Um esforço teórico se faz necessário para delimitar com mais rigor o campo de atuação do ministério. O conceito antropológico se acerta ao reconhecer que todo indivíduo produz cultura - que todo o ser humano é neste sentido um intelectual, como diria Gramsci - cria dificuldades para a efetiva formulação de políticas culturais e para o próprio delineamento institucional do ministério.

A continuidade da reforma administrativa aparece como necessária para sua maior institucionalização. Os interessantes canais de participação da sociedade civil e dos artistas precisam ser avaliados e consolidados, inclusive institucionalmente. Nesta perspectiva, as câmaras setoriais, os seminários, as conferências, inclusive a Conferência Nacional de Cultura, assumem lugar de destaque, juntamente com o SNC.

A concentração dos equipamentos, que persiste apesar da nacionalização das atividades

do ministério, continua a ser um grave problema, porque ela age ativamente contra esta distribuição mais eqüitativa de recursos humanos, materiais e financeiros, com repercussões inevitáveis e indesejáveis na democratização da cultura. A dificuldade de enfrentar esta tradição de concentração do ministério não o exime de dar passos efetivos no sentido de democratizar e nacionalizar os seus equipamentos.

Apesar do imenso simbolismo da realização do primeiro concurso público para o ministério, continua acentuada a necessidade de quadros para as instituições culturais nacionais. A carência de pessoal, as condições de salário e a má distribuição tornam-se ainda mais graves com a ausência de uma política sistemática de formação, qualificação e atualização dos organizadores da cultura. Aliás, esta é uma das maiores mazelas do campo cultural, nunca enfrentada pelas políticas culturais no país. A instituição de um sistema nacional de formação e qualificação em cultura, inserido dentro do SNC, pode ser uma possível alternativa a esta grave omissão.

Um outro enfrentamento inevitável: a questão do financiamento da cultura. Desde a perversa instalação das leis de incentivo, que penetraram e contaminaram toda a arquitetura institucional da cultura, em seus diferentes patamares, existem enormes problemas neste registro. As leis de incentivo, ao ganharem tanto protagonismo, parecem esgotar o tema das políticas de financiamento da cultura, quando não das próprias políticas culturais. Elas agridem a democracia, ao introduzir uma enorme distorção no poder de decisão do estado e do mercado no uso das verbas públicas. Apesar dos avanços inegáveis, com a instituição de uma política de editais para a cultura no ministério (Fundo Nacional de Cultura) e nas empresas estatais, o tema ainda demanda um grande esforço para superar a lógica neoliberal que entronizou o mercado como o poder de decisão acerca da cultura brasileira. A ausência de uma política de financiamento da cultura em plenitude corrói iniciativas do ministério, inclusive aquela primordial de fazer o Estado assumir um papel mais ativo na cultura.

A conquista do mínimo de um por cento do orçamento para a cultura e o aumento dos recursos para a área devem estar associados à construção institucional de uma política de financiamento, submetida à política pública e nacional de cultura. Ela deve garantir: 1.

papel ativo e poder de decisão do estado sobre as verbas públicas; 2. mecanismos simplificados de acesso aos recursos; 3. instancias democráticas de deliberação acerca dos financiamentos; 4. distribuição justa dos recursos, considerando as regiões, os segmentos sociais e a variedade de áreas culturais; 5. modalidades diferenciadas de financiamento em sintonia com os tipos distintos de articulação entre cultura e mercado.

Enfim, o desafio a ser enfrentado pode ser condensado na construção de uma política de Estado - nacional e pública - de cultura, consubstanciada em um documento, que represente a superação democrática da enorme falta que fez e faz a inexistência durante tantos anos de tal política.

Estado brasileiro e sociedade do conhecimento

No âmbito deste texto não é possível uma digressão mais larga sobre as noções de sociedade do conhecimento e sociedade da informação ou outras menos utilizadas. Existe uma vasta bibliografia internacional sobre o tema. Cabe apenas assinalar que tais noções buscam nomear as reconfigurações societárias derivadas da convergência tecnológica, ocasionada pelas contemporâneas tecnologias digitais e as tentaculares redes que perpassam praticamente toda a sociabilidade na atualidade. Neste texto são utilizadas indistintamente tais expressões, lembrando apenas que no ambiente do Estado brasileiro o termo sociedade da informação tem tido uma maior utilização.

A história da relação entre estado brasileiro e sociedade do conhecimento começa com a tentativa de constituição de uma indústria autônoma da área da informática, no final da ditadura militar, alicerçada na idéia de “reserva de mercado”. A Lei 7.232 de 29 de outubro de 1984 não produziu os efeitos pretendidos, isolando o país da mutação tecnológica que acontecia no mundo. Mas, na época de sua suspensão em 1993, havia dotado o Brasil, diferente de outros países latino-americanos, de “...um contingente considerável de especialistas em processamento eletrônico de dados” (GERMAN, 39). Base, sem dúvida, para um investimento mais articulado do estado nacional neste campo.

A primeira política mais abrangente oficialmente implementada pelo governo brasileiro

para tratar do tema é o “Programa Sociedade da Informação no Brasil” (Socinfo). Tal programa foi instituído no interior do Ministério de Ciência e Tecnologia em agosto de 1999 e lançado oficialmente pela Presidência da República em 15 de dezembro daquele ano (TAKAHASHI, 2000). O programa, bastante amplo, envolveu aproximadamente 150 especialistas, brasileiros e estrangeiros, que participaram de 13 meses de trabalho e tinha como objetivo:

...integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização das tecnologias da informação e comunicação, de forma a contribuir para inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global (p.10).

14

Fica patente de imediato a preocupação com o tema da globalização, quando o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso pretendia que o Brasil se integrasse ao “Primeiro Mundo”, mesmo em condição subalterna.

As sete linhas de ação demonstram a abrangência do programa: Mercado, trabalho e oportunidades; Universalização dos serviços para a cidadania; Educação na sociedade da informação; Conteúdos e identidade cultural; Governo ao alcance de todos; Pesquisa e Desenvolvimento, tecnologia chaves e aplicações e infra-estrutura avançada e novos serviços. Os resultados do programa estão expressos no livro *Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde*, publicado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia em setembro de 2000.

Como é possível perceber, o tema da cultura está incorporado ao programa, em especial, através de seu GT Conteúdos e identidade cultural. Assim, cabe uma visitação ao capítulo cinco (p.59 a 66) dedicado ao grupo de trabalho coordenado pelo professor Antonio Lisboa Carvalho de Miranda, da Universidade de Brasília. O capítulo desenvolve uma rápida definição das noções de conteúdos e de identidade cultural; traz dados acerca dos conteúdos da internet, em especial, considerando as línguas utilizadas nestes conteúdos e analisa a situação dos conteúdos brasileiros na rede das redes, indicando os maiores sites

nacionais, além de estudar os conteúdos culturais (científicos, artísticos, históricos etc.) brasileiros disponíveis na internet, destacando alguns projetos desenvolvidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, tais como: o Prossiga, o Scielo e a Plataforma Lattes, além de discutir a situação das bibliotecas públicas brasileiras, destacando a Biblioteca Nacional (www.bn.br), vinculada ao Ministério da Cultura, uma rara referência a este Ministério em todo livro. Como se vê o horizonte é bastante limitado. Os temas da rede e da cultura digital estão totalmente ausentes, pois a prioridade é dada à disponibilização em suporte digital de conteúdos culturais (pré)existentes.

Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo de trabalho podem ser enumeradas: facilitar o acesso aos acervos culturais nacionais; registrar manifestações culturais nas mais diferentes mídias, em formato digital; registrar, de forma sistemática, a produção científica e tecnológica; criar mecanismos para a produção de conteúdos por parte da comunidade e promover a igualdade de oportunidades de acesso às novas tecnologias (p.65).

Pouco depois, em maio de 2001, o governo federal organizou uma oficina de inclusão digital que reuniu várias entidades da sociedade civil, empresas e órgãos estatais para debater o tema e esboçar políticas específicas nesta área (SILVEIRA, 2001, p.36). Em 2004, já haviam sido implantados mais de 100 telecentros de acesso à informática com meio milhão de usuários (TEIXEIRA, 2006). Mais recentemente, o projeto do Núcleo de Assuntos Estratégicos do Governo Federal, nomeado *Brasil em Três Tempos*, hoje desativado, estabeleceu metas em relação à superação da exclusão digital para os anos 2015, metade da população incluída, e 2022, 70% com acesso a computadores, redes e serviços digitais (COSTA, 2007). DIAS e CORNILS constataram que nestes anos haviam 18 programas federais voltados para a inclusão digital no país.

A participação do Ministério da Cultura neste processo foi bastante marginal. Dentre os especialistas listados no Programa Sociedade da Informação, apenas cinco eram de órgãos vinculados ao Ministério da Cultura e estiveram envolvidos somente nos temas: bibliotecas (dois) e questões regionais (três). Assim, o Ministério esteve, em boa medida,

ausente deste momento inaugural da sociedade do conhecimento no Brasil, ainda que o tema cultural estivesse colocado em debate, mesmo de modo algo enviesado.

O panorama não parece ter mudado até o final do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Ministério dirigido pelo professor Francisco Weffort. Só com a nova gestão, o Ministério da Cultura passa a dar alguma atenção à sociedade do conhecimento no Brasil.

O ministério Gilberto Gil e a sociedade do conhecimento

16

Com a ascensão de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura, a situação começa a mudar. Varias são as explicações para tal mudança, sendo que algumas, por certo, estão fora da alçada do Ministério da Cultura. Nestes anos, no Brasil e em quase todo o mundo, houve uma virótica expansão das tecnologias digitais em rede e aconteceu um enorme impacto societário deste acelerado processo.

A veloz transformação do panorama brasileiro com relação à sociedade do conhecimento pode ser indicada sinteticamente através de poucas, mais expressivas, informações. Dados do Instituto Nacional de Alfabetização Funcional de 2005 indicam que 25% da população (aproximadamente 45 milhões de pessoas) já utilizavam computadores, principalmente para consulta na internet e uso de correio eletrônico. O jornal *A Tarde* de 12 de março de 2008, em seu caderno Digital, na página seis, destaca que o Brasil no ano de 2007, tornou-se o quinto maior mercado de computadores pessoas do mundo, com 10,7 milhões de computadores vendidos no ano passado, atrás apenas dos Estados Unidos (64 milhões), China (36 milhões), Japão (13 milhões) e Reino Unido (11,2 milhões). Na América Latina, o país detém na atualidade 47,3% do mercado de computadores pessoais.

Tal panorama configura um novo ambiente societário e cultural, que gera certamente atitudes, demandas e pressões, oriundas de novos segmentos associados à cultura digital. Este foi, por exemplo, o caso da lista de discussão intitulada Articuladores, que, desde 2003, passou a debater a temática e, expressamente, buscou influenciar o Ministério elaborando projetos voltados para a cultura digital. Estes projetos vieram a ter importante papel nas intervenções do governo no horizonte da sociedade do conhecimento (FREIRE,

FOINA e FONSECA, 2006).

A sensibilidade do ministro para temas contemporâneos, tais como glocalização, sociedade digital, software livre, creative commons, copy left e banda larga, manifesta em sua obra musical, em entrevistas e em seus pronunciamentos, também joga um papel importante neste novo posicionamento do Ministério. Em 10 de agosto de 2004, por exemplo, o Ministro Gilberto Gil, em aula magna para os estudantes da Universidade de São Paulo, afirmou:

Cultura digital é um conceito novo. Parte da idéia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso da tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte.

Gilberto Gil é um dos primeiros brasileiros a ter um canal no You Tube e, mais recentemente, em 2007, apresentou em turnê internacional (Europa e África) e nacional seu mais novo show intitulado emblematicamente Banda Larga. No show, o público livremente pode gravar tudo e disponibilizar o conteúdo na rede. Esta atitude guarda íntima conexão com as idéias sobre a necessária mudança dos direitos autorais que vem sendo defendida pelo dublê de ministro e “cantautor”, como se diz em espanhol. A letra da música tema da turnê, chamada Banda Larga Cordel, fala que o município de Pirai “bandalargou-se”, “infoviabilizou os ares do município inteiro” e “Por certo que a medida provocou / Um certo vento de redemoinho”. A descrição da transformação social prossegue na letra da música: “Diabo do menino agora quer / Um ipod e um computador novinho / O certo é que o sertão quer navegar / No micro do menino internetinho”. A música celebra ainda: o “provedor de acesso”, a “grande rede www”, o “You Tube” e canta: “O rádio fez assim com seu avô / Rodovia, Hidrovia / Ferrovia e agora chegando

a infovia / Pra alegria de todo interior”².

Junte-se a esta postura atendida e sensível do ministro, a agregação de Cláudio Prado para a função de Coordenador de Políticas Digitais, “criada” no Ministério, mas ainda não incorporada formal e institucionalmente. Cláudio, velho amigo de Gil, tem uma ampla trajetória na área da produção cultural, mais especialmente musical, e hoje é um ativo militante da cultura digital. Em uma entrevista dada ao Observatório do Direito à Comunicação (www.direitoacomunicacao.org.br) em 15 de maio de 2007, Cláudio se diz orgulhoso de “quixotesicamente” pertencer ao único governo que possui uma área para tratar exclusivamente dos avanços tecnológicos sob o prisma cultural. Cláudio Prado, que é um dos representantes do Ministério no Comitê Gestor da TV Digital no Brasil e mentor das Oficinas de Cultura Digital do ministério, na entrevista defende uma revisão ampla dos direitos autorais; acredita que o digital torna possível prescindir dos “intermediários que não agregam valor” ao campo cultural; estimula o software livre e o acesso de todos à banda larga.

Aliás, tais posições são muito próximas às do Ministro Gil e de parte do próprio Ministério. Em setembro e outubro de 2007, por exemplo, Gilberto Gil e Cláudio Prado visitaram o Vale do Silício e se encontraram com personagens importantes do universo da cultura digital, incluindo uma visita à sede do Creative Commons.

Deste modo, o ministro Gil e parte de seu ministério têm estado atentos aos temas referentes à sociedade do conhecimento. Tal atitude está estreitamente associada e foi possibilitada pelo alargamento da noção de cultura empreendida pelo Ministério, fazendo com que o tema da cultura digital pudesse ser incorporado tão vivamente. Entretanto esta visão atualizada não é compartilhada plenamente no governo. Só parcelas do ministério e seus parceiros em outros setores governamentais e da sociedade civil foram contaminados por esta adesão aos temas da sociedade do conhecimento.

² A letra completa da música pode ser encontrada em:

http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura_digital/na_midia/index.php?p=27436. Acesso em 07 de abril de 2008.

Assim, uma crítica dirigida ao Governo Federal nas suas políticas em relação ao software livre talvez possa dizer algo e ser de algum modo aplicada ao Ministério da Cultura:

Apesar de toda a publicidade gerada, entretanto, o posicionamento de forte apoio ao software livre tem sido muito mais presente em fóruns e eventos públicos do que em ações governamentais efetivas (FREIRE; FOINA e FONSECA, 2006).

Esta cobrança de mais ações consistentes do Governo Federal e do Ministério da Cultura não pode obscurecer um conjunto de intervenções efetivas do Ministério no universo denominado sociedade do conhecimento. Como o espaço é restrito e as ações estão em curso, três delas são destacadas para um exame mais pormenorizado, em especial, utilizando como recurso o site oficial do Ministério da Cultura (<http://www.cultura.gov.br>).

A primeira área de atuação pode ser situada no campo do audiovisual. Neste horizonte, o Ministério da Cultura abandonou a antiga postura de privilegiar apenas o cinema e passou a trabalhar com base em uma visão mais abrangente: o conteúdo audiovisual em seus diferenciados suportes, complementações e convergências sociais e tecnológicas, nas quais a questão da digitalização aparece como vital. Desde o início, Gilberto Gil lutou tenazmente para trazer para o Ministério da Cultura a Agência Nacional de Cinema (ANCINE), então subordinada à Casa Civil da Presidência da República. Conquistada a ANCINE, o Ministério tentou, em uma movimentação cheia de altos e baixos, transformar a entidade na ANCINAV: Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (FERREIRA, 2004). A reação da mídia brasileira, de segmentos culturais ligados a ela e de setores das classes dominantes interditarão tal processo e o ministério recuou no seu intuito. A área de comunicação no Brasil ainda mantém profundos traços de sua conformação realizada pela ditadura militar no país, configurando-se como um dos campos de menores avanços democráticos (RUBIM e RUBIM, 2004 e LIMA, 2001).

Ainda na esfera do audiovisual, duas outras iniciativas devem ser destacadas: a participação ativa do Ministério no debate acerca da digitalização da televisão no Brasil

e sua decisiva atuação na construção de uma televisão pública nacional no país. Neste último caso, o protagonismo do Ministério da Cultura, desde o início, foi vital, tomando um lugar que poderia ser do Ministério das Comunicações. Este, em razoável medida, esteve ausente, quando não se comportou como um obstáculo ao desenvolvimento da televisão pública no Brasil. O protagonismo do Ministério da Cultura pode ser medido, por exemplo, através da composição da comissão executiva do I Fórum Nacional de TVs Públicas, onde três dos cinco membros eram provenientes de seus organismos (I FÓRUM NACIONAL DE TVs PÚBLICAS, 2006 e 2007), e posteriormente na escolha do ex-Secretário do Audiovisual, Orlando Sena, como dirigente executivo da Empresa Brasil de Comunicação e, mais especificamente, da TV Brasil, criada a partir desta luta.

Um segundo exemplo de atuação com relação à sociedade do conhecimento é o conjunto de editais intitulado Jogos BR, voltados ao estímulo da criação e da produção de jogos eletrônicos: uma inovação introduzida pela gestão Gilberto Gil. Através da Secretaria do Audiovisual, o Ministério tem aberto estes editais, em conjunto com instituições parceiras, como o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação da Casa Civil; a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (FINEP); a Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos (ABRAGAMES) e a Associação Cultural, Educação e Cinema (EDUCINE). Este programa foi alvo de debate no Fórum Cultural Mundial que aconteceu em 2006, ele visa dotar o país de uma indústria criativa em uma das áreas de maior expansão na economia internacional da cultura na atualidade.

O outro projeto bem mais abrangente e tentacular intitula-se Pontos de Cultura e faz parte do Programa Cultura Viva, implementado pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais, dirigida por Célio Turino. O Projeto tem como objetivo apoiar iniciativas culturais já existentes em todo o país, potencializando sua atuação, através do auxílio financeiro ao Ponto de Cultura. Associado ao recurso financeiro, o programa prevê a doação de um kit multimídia de equipamentos digitais (computador, câmeras, software de edição, acesso à internet) que possibilite a produção de fotografias, vídeos, cds, material impresso e outros produtos culturais, além de permitir a conexão ao universo digital e aos outros pontos de cultura espalhados pelo país. Os pontos de cultura hoje já

são mais de 750 e a meta até o final do Governo é a instalação de 20 mil pontos de cultura, em uma política que articula o governo federal com outros entes federativos (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p.25).

O kit multimídia possibilita um fórum de discussão e um dispositivo de armazenamento web, através de programas de computador, como o *Conversê* e o *Estúdio Livre*, além de priorizar a utilização do software livre. Com isto, através de oficinas – também previstas – e do exercício da cultura digital, o Programa Cultura Viva busca desenvolver a cultura digital, seu consumo e produção, e disseminar noções e valores, tais como: compartilhamento tecnológico, generosidade intelectual e trabalho colaborativo. A utilização das potencialidades culturais e econômicas da rede é fortemente estimulada, pela via da criação e produção compartilhadas e da exposição das obras culturais realizadas. A rede não é pensada apenas como extensão da cultura já existente, mas como um potente componente de mudança cultural e social. Simultaneamente estão sendo instalados os chamados Pontões de Cultura Digital, buscando criar centros de excelência em tecnologias livres e cultura digital, que inclusive sirvam de suporte para a rede dos Pontos de Cultura.

O Programa Cultura Viva, com seus Pontos e Pontões de Cultura – apesar de todos os entraves e as dificuldades de sua implementação devido à burocracia estatal –, tem sido considerado uma das prioridades do Ministério e tem adquirido grande visibilidade e repercussão positiva na sociedade. Mostra incontestemente disto foram os dois encontros nacionais específicos dos Pontos, realizados em São Paulo e Belo Horizonte, com o sugestivo nome de TEIA. Este programa aparece hoje, por sua concepção e pelo investimento que envolve, como um dos principais exemplos de interface entre as políticas culturais e a sociedade do conhecimento no Brasil.

Rápidas observações finais

De imediato, cabe anotar que as interações entre as políticas culturais e a sociedade do conhecimento são recentes no país, devido inclusive ao desenvolvimento contemporâneo no mundo e no Brasil desta sociabilidade complexa marcada pela transversalidade digital,

cada vez maior e mais tentacular. Como foi observado no texto, em um momento inicial prevaleceu um descompasso entre as preocupações do Estado nacional, conformadas no Programa Sociedade da Informação no Brasil, e as políticas culturais. Neste instante, o tema da cultura, ainda que de modo simplificado e reducionista, encontra-se presente, mas a abrangência do programa não garantiu a ativa participação do Ministério da Cultura. Submetido na época a uma política cultural marcada por uma ampla adesão aos preceitos de mercado, o Ministério foi incapaz de enfrentar de modo substantivo os novos desafios da sociedade do conhecimento. Apenas tratou marginalmente de alguns aspectos colocados por este desafio, em especial, da transposição da cultura (pré)existente para o formato digital.

A veloz penetração de dimensões da sociedade do conhecimento no país e as mudanças das políticas nacionais, em especial do Ministério da Cultura, abriram novas perspectivas para o estabelecimento de conexões entre as políticas culturais e a sociedade do conhecimento. Tais circunstâncias sociais, políticas e culturais e a ascensão de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura, com sua sensibilidade e sintonia com temas afins ao mundo digital, possibilitaram uma reversão do distanciamento entre políticas culturais e sociedade do conhecimento. Foram, a partir de então, criadas diferenciadas interfaces entre estas duas dimensões, sendo três delas destacadas no texto, ainda que rapidamente: a esfera audiovisual em diversas facetas e suportes; os editais de jogos eletrônicos e o Programa Cultura Viva, no referente aos pontos e pontões de cultura.

Entretanto, apesar destas iniciativas terem começado a superar a distância existente entre as políticas culturais e a sociedade do conhecimento no caso brasileiro, elas se mostram ainda como bastante incipientes e, mais que isto, precárias, pois não configuram rigorosamente uma política cultural sistemática, pensada e assumida institucionalmente, para este novo e imenso universo aberto pela sociedade do conhecimento em termos das potencialidades e possibilidades das culturas digitais.

Prova incontestável disto é o caráter não institucionalizado da Coordenação de Políticas Digitais, que adquire sua força e tem ocupado espaços, inclusive simbólicos, muito mais pelo “quixotismo” militante de Cláudio Prado e pelo apoio individual do ministro

Gilberto Gil. Decorrido já algum tempo desta inovadora e importante conexão, ela ainda não foi capaz de se inscrever no corpo institucional do Ministério, nem ter seus ideários e suas ações articulados e sistematizados em uma consistente política cultural para o universo digital, que dê conta, mesmo provisoriamente, da consolidação da densa e complexa conexão entre políticas culturais e sociedade do conhecimento na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

- BOTELHO, Isaura. (2001) *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.
- BUCHBINDER, Pablo. (2005) *Historia de las universidades argentinas*. Buenos Aires, Editorial Sudamerica.
- CASTELLO, José. "Cultura". (2002) In: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (orgs.) *A Era FHC: um balanço*. São Paulo, Cultura, p. 627-656.
- CHAUÍ, Marilena. (2000) *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- COSTA, Leonardo Figueiredo. (2007) *Comunicação, novas tecnologias e inclusão digital: uma análise dos projetos realizados na Bahia*. Salvador, Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, (dissertação de mestrado).
- COUTINHO, Carlos Nelson. (2000) *Cultura e sociedade na Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A.
- DIAS, Lia Ribeiro e CORNILS, Patrícia. (2005) "Inclusão: 4,4 mil telecentros têm apoio federal". In: *A Rede. Tecnologia para a Inclusão Social*. São Paulo, (9), dezembro de 2005.
- FÉLIX, Claudia Benassini. (2005) Orígenes del concepto sociedad de información. In: ISLAS, Octavio (org.) *Internet y la sociedad de la información*. Quito, Ciespal.
- FERNANDES, Florestan. (1975) *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro,

Zahar.

FERREIRA, Juca. (2004) "ANCINAV: omissão ou missão?" In: *Teoria e Debate*. São Paulo, (60): 64-67, novembro /dezembro de 2004.

GERMAN, Christiano. (2000) *O caminho da Brasil rumo à era da informação*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer.

GIL, Gilberto. (2003) *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Brasília, Ministério da Cultura.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (1996) *A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ / IPHAN.

IBGE. (2006) *Sistema de informações e indicadores culturais 2003*. Rio de Janeiro, IBGE

LIMA, Venício Artur de. (2001) *Mídia. Teoria e Política*. São Paulo, Editora de Fundação Perseu Abramo.

LULA PRESIDENTE (2006). *Brasil: cultivar a memória, inventar o futuro*. Programa Setorial de Cultura. Brasil.

MEIRA, Márcio. (2004) "Uma política republicana". In: *Teoria e Debate*. São Paulo, (58): 60-65, maio /junho de 2004.

MICELI, Sérgio (org.). (1984) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel.

MINISTÉRIO DA CULTURA. (2005) *Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*. Brasília, MINC.

MINISTÉRIO DA CULTURA. (2006) *Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil*. Brasília, Ministério da Cultura.

MINISTÉRIO DA CULTURA. (2007) *Plano Nacional de Cultura*. Brasília, Ministério da Cultura.

MOISÉS, José Álvaro. (2001) "Estrutura institucional do setor cultural no Brasil". In: MOISÉS, José Álvaro e outros. *Cultura e democracia. Volume I*. Rio de Janeiro, Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001, p.13-55.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. (2003) *A imaginação a serviço do Brasil*. São Paulo, Partido dos Trabalhadores.

PONTES, Ipojuca. (1991) *Cultura e modernidade*. Brasília, Secretaria de Cultura.

PRADO, Cláudio; CAMINATI, Francisco e NOVAES, Thiago. (2005) "Sinapse

XXI: novos paradigmas em comunicação”. In: BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette e TOME, Takashi (orgs.) *Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão digital*. São Paulo, Paulinas, 2005.

I FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS. (2007) Brasília, Ministério da Cultura, 2006 e 2007.

QUINTANILHA, Leandro. Jogos Made in Brazil. Revista 'A Rede - 15 de Fevereiro de 2008. In: site (<http://www.cultura.gov.br/site/?p=10382>). Acesso em 24 de março de 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). (2007) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador, EDUFBA.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. (2007) “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições e enormes desafios”. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007, p. 11-36.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e RUBIM, Lindinalva. (2004) “Televisão e políticas culturais no Brasil”. In: *Revista USP*. São Paulo, (61): 16-28, março / abril / maio de 2004.

SARCOVAS, Yacoff. (2005) “O incentivo fiscal no Brasil”. In: *Teoria & Debate*. São Paulo, (62)58-62, abril / maio de 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (2001) *Exclusão digital. A miséria na era da informação*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo.

SOUZA, Márcio. (2000) *Fascínio e repulsa. Estado, cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Fundo Nacional de Cultura (Cadernos de Nosso Tempo número 02).

TAKAHASHI, Tadao (org.). (2000) *Sociedade da Informação no Brasil. Livro verde*. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia.

Sites consultados

AMADEU, Sérgio e outros. Diversidade digital e cultura. Documento apresentado no Seminário Internacional sobre Diversidade Cultural: Práticas e Perspectivas. Brasília,

Ministério da Cultura, 2005. In:
<http://wikipos.facasper.com.br/index.php/DOCUMENTO-BASE>. Acesso em 27 de Janeiro de 2008.

FREIRE, Alexandre; FOINA, Ariel G e FONSECA, Felipe. O impacto da sociedade civil (des)organizada: cultura digital, os articuladores e software livre no Projeto Pontos de Cultura do MINC. 23 de fevereiro de 2006.

Ministro Gil visita São Francisco e cidades do vale do Silício na Califórnia. In: site Governança (<http://governanca.cgi.br/noticias/ministro-gil-visita-sao-francisco-e-cidades-do-vale-dosilicio-na-california>). Acesso em 05 de outubro de 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA (<http://www.cultura.gov.br>)

MINUANO, Carlos. Entrevista com Cláudio Prado – 14 de maio de 2007. In: site Cultura e Mercado (<http://www.culturaemercado.com.br/setor.php?pid=2860&setor=4>). Acesso em 24 de julho de 2007.

MINUANO, Carlos. Inovador na esfera governamental, cultura digital, do MINC, está na TEIA. In: site da TEIA (<http://www.teia2007.com.br/noticias/6550510/48/40>). Acesso em 05 de outubro de 2007.

QUINTANILHA, Leandro. Jogos Made in Brazil. A Rede.

TEIXEIRA, Carina. Cultura digital como política pública. In: site Cultura e Mercado (<http://culturaemercado.com.br/setor.php?setor=4&pid=1122>). Acesso em 16 de janeiro de 2007.